

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (1990-2001)

Paula Roberta Miranda¹

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Angela Mara de Barros. Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990- 2001). Maringá: Eduem, 2012. 246 p.

Tendo como referência o sentido amplo do termo “política”, podem-se caracterizar políticas públicas como as iniciativas e diretrizes, os planos e programas por meio dos quais os governos respondem aos problemas e demandas socialmente relevantes, buscando consolidar e incorporar os direitos sociais conquistados na lei. Assim, dentre as demandas para a adoção de políticas públicas brasileiras para a educação infantil destaca-se a necessidade de guarda das crianças pequenas em razão da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais organizados colocaram a educação infantil na agenda de suas reivindicações, especialmente porque surgia a consciência social de que a educação nessa etapa da vida humana seria um direito. Ao mesmo tempo, a educação infantil passou a integrar a agenda das políticas de desenvolvimento econômico e social elaborada pelos organismos vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU).

Entendemos que, na discussão ou na análise das políticas públicas para a educação infantil no Brasil, estas devem ser relacionadas aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais e ao movimento contraditório da sociedade capitalista.

Uma contribuição a esse respeito pode ser encontrada na leitura do livro *Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990- 2001)*, de autoria de Jani Alves da Silva Moreira e Angela Mara de Barros Lara, a primeira, doutoranda em educação (PPE/UEM) pela Universidade Estadual de Maringá e a segunda,

Pós-Doutora em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. O livro nos auxilia a compreender, sob um viés crítico, como a imprensa periódica (Revista Nova Escola e Revista Criança) disseminou o discurso sobre políticas públicas para a educação infantil no Brasil no período de 1990 a 2001.

Para analisar as políticas para a educação infantil desse período, as autoras pautam-se em documentos legais, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documentos esses que desenharam as políticas públicas para a educação infantil no período. Pautam-se também em artigos de duas revistas dirigidas aos profissionais da educação: a Revista Nova Escola (editora Abril) e Revista Criança (MEC), publicadas no período de 1990 a 2001.

Com base em uma análise criteriosa, elas afirmam que a forma de veiculação das políticas públicas para a educação infantil nessas revistas é um instrumento ideológico, ou seja, seus “enunciados expressam nas entrelinhas a publicidade ideológica propalada [...] como mecanismo de comunicação de massa da Indústria Cultural e constituem uma maneira de reproduzir as relações materiais [...]” (MOREIRA & LARA, 2012, p. 175).

Embora dediquem especial atenção às políticas para a educação infantil adotadas no período mencionado, as autoras consideram importante retomar a história da infância brasileira no fim do século XIX. Por meio do olhar de estudiosos como Kuhlmann Jr. (1998), elas abordam o início da República, desvelando as intenções higienistas e civilizatórias inerentes ao

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2007). Professora colaboradora da área de Políticas Públicas e Gestão da Educação do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

combate à pobreza. Em seguida, já analisando o contexto da Nova República, situam a política educacional infantil no conjunto de reformas político-econômicas delineadas no processo de transição democrática e do fim do governo militar, as quais foram, posteriormente, consolidadas na Constituição Federal de 1988.

Segundo as autoras, a LDB/96 instituiu os níveis e as modalidades de ensino, definindo que a criança de 0 a 6 anos tem direito à educação em creches e pré-escolas. Embora tal direito já tenha sido assegurado pela Carta Magna e reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente, a luta pelo acesso das crianças à escola continua por parte de milhares de mulheres trabalhadoras.

Ao tecer suas análises, as autoras revelam ao leitor os processos socioeconômicos e políticos que determinaram as políticas públicas educacionais desse período. Segundo elas, a década de 1990 foi marcada por reformas e ajustes estruturais que provocaram intensas mudanças no cenário mundial.

Elas destacam que, no território brasileiro, o Unicef é uma das agências patrocinadoras das reformas educacionais, defendendo a educação infantil como parte integral do conceito de educação básica, ou seja, como uma etapa fundamental e necessária na formação do indivíduo. Nesse contexto, a educação foi considerada como propulsora para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, o século XXI foi iniciado sem uma política para a educação infantil, ou, como bem expressam as autoras, esta “ainda se encontra cercada de incertezas e indefinições” (MOREIRA & LARA, 2012, p.228). Para elas, isso significa um processo de desconstrução dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal, já que o Estado busca se desvencilhar dos compromissos ali firmados.

Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990- 2001) encontra-se dividido em três capítulos: 1) Educação Infantil e o cenário histórico-econômico da sociedade capitalista; 2) As políticas Públicas para a Educação Infantil e a dinâmica do capitalismo e, 3) Políticas Públicas para a Educação Infantil e as Revistas Nova Escola e Criança.

No capítulo Educação Infantil e o cenário histórico-econômico da sociedade capitalista, Moreira e Lara (2012) refletem profundamente sobre os processos de implantação e implementação das políticas públicas para a educação infantil no Brasil no período de 1990 a

2001, relacionando-os ao contexto histórico que os gerou e os produziu.

A política educacional para a infância, constante em documentos nacionais, como a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, foi analisada à luz da reforma do Estado brasileiro implementada por FHC. Segundo as autoras, esse governo, ao adotar os pressupostos neoliberais, atribuiu à educação básica a primazia no campo das reformas educacionais, entendendo-a como responsável pelo desenvolvimento econômico, tendo a função de atender à demanda pelos atuais padrões de qualificação profissional.

No capítulo “As políticas Públicas para a Educação Infantil e a dinâmica do capitalismo”, as autoras empreendem um estudo minucioso da relação entre a implementação das políticas públicas para a Educação Infantil, as reformas educacionais empreendidas por FHC e as necessidades da atual fase do capitalismo. Com base na análise de documentos internacionais, as autoras destacam a influência e o interesse de instituições financeiras como a Cepal, Unesco, Banco Mundial e BID na elaboração das políticas brasileiras para esse nível de ensino e no estabelecimento de compromissos a ser cumpridos pelo Brasil. Concluem que essas agências internacionais, ao conceber a educação da infância como compensatória, estimulam alianças e parcerias com a iniciativa privada e com o trabalho voluntário. Identificam claramente a consolidação de um projeto neoliberal, sob cujos pressupostos a educação é obrigada a buscar outras fontes de financiamento e parcerias. Assim, as políticas públicas para a educação infantil passam pela estratégia da eficiência e da eficácia, uma vez que o governo apoia e promove a participação do terceiro setor na educação

No capítulo “Políticas Públicas para a Educação Infantil e as Revistas Nova Escola e Criança”, as autoras analisam o discurso sobre as políticas para a educação infantil veiculado pela Revista Nova Escola e pela Revista Criança. Moreira e Lara destacam que, como mídia impressa, as revistas fazem parte dos *mass media*, ou seja, dos meios de comunicação de massa. Como tais, são constituintes da indústria cultural, conceito explorado pelos teóricos Theodor Adorno e Max Horkheimer para explicar o processo de inculcação ideológica, cuja finalidade é seduzir e envolver o leitor.

As autoras explicam que, quando o discurso é transmitido a uma terceira pessoa, os enunciados são categorias ideológicas, ou seja, em sua forma escrita, possuem intencionalidade e fim específicos, reforçando a influência das forças sociais na forma como o discurso político é apreendido. Consideram, assim, que a linguagem veiculada pelas revistas contém o registro de valores contrários à luta de classes. Como o discurso escrito é determinado pelo contexto social, histórico e cultural e, portanto, gera significados, os enunciados a respeito das políticas mencionadas reforçam as orientações das agências internacionais favorecendo a disseminação de um terreno fértil para implantação de políticas neoliberais na educação.

A indústria cultural, como estratégia econômica, transforma os artefatos culturais (música, arte, cinema, revistas, educação) em possibilidade de consumo e de fonte rentável, já que os transforma em mercadoria. Ao mesmo tempo, como mecanismo de inculcação ideológica, adentra a subjetividade dos indivíduos e, estimulando o consumo e mudando os hábitos, “educa” e “informa”. Assim, promove a falsa ideia de prazer e bem estar, mas, na realidade, é cerceada pelos limites do capital.

Explorando a categoria indústria cultural, as autoras esclarecem o quanto a leitura destituída de viés crítico oferecida por essas mídias impressas é responsável pela formação ideológica. Ocultando as reais intenções do capital e favorecendo a

formação de uma consciência alienada, impedem o sujeito de ir além do imediatamente visível.

Desse modo, ao retratar a política de uma perspectiva macro, em sua totalidade, ou seja, do ângulo do modo de produção e organização da vida material dos sujeitos, considerando que é por meio dessa organização econômica que se materializam a política, a cultura, a ideologia e as legislações, as autoras oferecem subsídios para discussão e o entendimento da educação infantil, como política pública, no Brasil.

Sabe-se que as leis são elaboradas em um terreno conflituoso, de disputas e embates entre as classes dominantes e as dominadas, e que, portanto, são síntese desses embates sociais, cujos resultados, em maior ou em menor grau, correspondem aos anseios e aos interesses de uma classe que nem sempre é a da maioria. Assim, é possível afirmar que as políticas públicas para a educação infantil surgem na arena de luta das classes sociais e que, embora sua efetivação esteja sujeita a condicionantes que não estão relacionados a um projeto pautado nos interesses da maioria, é possível recriar espaços para esse projeto na prática social.

Finalmente, consideramos que *Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil* (1990- 2001) é um livro que fornece ao leitor importantes reflexões sobre as políticas públicas voltadas para a educação infantil no Brasil a partir da década de 1990. Sua contribuição é valiosa, especialmente para aqueles que realizam estudos e pesquisas no campo educacional.